



Distribuição Espacial das Hortas Urbanas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Spatial Distribution of Urban Gardens in Campo Grande, Mato Grosso do Sul

LOPES, Enzo¹; ARAUJO, Ana Paula¹; BICALHO, Ana Maria de Souza Mello²

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, enzolopez27@gmail.com, ana.araujo@ufms.br;

²Universidade Federal do Rio de Janeiro, anabicalho@igeo.ufrj.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivos catalogar, mapear e analisar a distribuição espacial das hortas urbanas existentes no município de Campo Grande (MS). A metodologia empregada foi qualitativa e envolveu revisão bibliográfica sobre a temática proposta, análise documental e levantamento, catalogação e mapeamento das hortas urbanas de Campo Grande (MS). Os resultados indicam que as hortas urbanas de Campo Grande estão espacialmente descentralizadas, praticadas em espaços periféricos fragilizados pela pobreza, em consonância com os objetivos do Plano Municipal de Agricultura Urbana. Isso se explica pelo valor do solo urbano e pela maior facilidade de áreas disponíveis para a produção, com a possibilidade de geração de emprego e renda para a população, produção de alimentos de qualidade diferenciada, através de sistemas agroecológicos, valorização ambiental e da saúde humana, fortalecimento comunitário e resgate do conhecimento sobre plantas. Das sete regiões urbanas de Campo Grande, seis possuem hortas. Dentre os bairros, destaque para o São Conrado, o Los Angeles, a Mata do Segredo e a Chácara dos Poderes.

Palavras-chave: Agricultura urbana, segurança alimentar, espacialização, sustentabilidade, agroecologia.

Abstract: This work aims to catalog, map and analyze the spatial distribution of urban gardens in the municipality of Campo Grande (MS). The methodology used was qualitative and involved a bibliographic review on the proposed theme, documentary analysis and survey, cataloguing and mapping of urban gardens in Campo Grande (MS). The results indicate that the urban gardens of Campo Grande are spatially decentralized, practiced in peripheral spaces weakened by poverty, in line with the objectives of the Municipal Plan for Urban Agriculture. This is explained by the value of urban land and the greater ease of areas available for production, with the possibility of generating employment and income for the population, production of food of differentiated quality, through agroecological systems, environmental and human health valorization, community strengthening and recovery of knowledge about plants. Of the seven urban regions of Campo Grande, six have vegetable gardens. Among the neighborhoods, São Conrado, Los Angeles, Mata do Segredo and Chácara dos Poderes.

Keywords: Urban agriculture, food safety, spatialization, sustainability, agroecology.



Introdução

A agricultura urbana (AU) e periurbana (AUP) é todo tipo de agricultura praticada dentro do perímetro urbano de uma cidade. As atividades são desenvolvidas dentro e nos arredores da cidade (FAO, 2012).

Tem por características a produção de alimentos, seja para o consumo interno e venda de excedentes, seja para comercialização. É uma atividade praticada em áreas reduzidas como terrenos, públicos, privados e cedidos, praças e escolas. A mão-de-obra predominante é a familiar. Segundo a Araujo e Bicalho (2024, p.1), a agricultura urbana é importante, pois, envolve geração de emprego e renda para a população urbana, sobretudo, quando praticada nos espaços periféricos pobres das cidades e, ainda, atinge a segurança alimentar e nutricional, o resgate do conhecimento sobre plantas, a saúde pública, a reciclagem e a educação ambiental. No exercício da cidadania, pode fortalecer os laços comunitários. Como utiliza, predominantemente, sistemas agroecológicos, as hortas urbanas contribuem produção de alimentos de qualidade diferenciada.

A atividade cresce no Brasil nos últimos trinta anos em função da necessidade de segurança alimentar e redução da fome. No município de Campo Grande (MS), a expansão da agricultura urbana é igualmente recente, amparada pela Lei 6.514 de 22 de outubro de 2020. A Lei 6.514 foi regulamentada pelo Decreto 14.874, de 26 de agosto de 2021, que instituiu o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande (MS), com foco na agroecologia e na segurança alimentar (Araujo e Bicalho, 2024).

Esse trabalho tem por objetivo central mapear as hortas urbanas de Campo Grande (MS). Os objetivos específicos são: catalogar as hortas urbanas e analisar sua distribuição espacial, articulando os dados obtidos em campo com a legislação vigente.

Os estudos sobre hortas urbanas são crescentes e isso se justifica pela importância dessas hortas para a sustentabilidade do espaço urbano. Em termos ambientais, o emprego de sistemas produtivos agroecológicos e orgânico, contribui para a manutenção dos ecossistemas. Conforme Altieri (2009), a sinergia dos processos naturais e humanos possibilita a construção de sistemas produtivos saudáveis e, ainda, a conservação e a ampliação da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental. Na perspectiva econômica, a geração de emprego e renda, além da comercialização de alimentos de qualidade diferenciada a baixo custo. Social e culturalmente, a segurança alimentar e nutricional, a saúde, o fortalecimento de vínculos, o resgate do conhecimento sobre plantas e a educação ambiental, a valorização identitária, e o resgate de plantas alimentícias não convencionais, que o capitalismo monocultor desvalorizou.



Metodologia

A metodologia da pesquisa é qualitativa. A opção pela pesquisa qualitativa se deu pela possibilidade de analisar, em detalhes e em profundidade, a espacialização das hortas urbanas de Campo Grande (Flick, 2009). Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados em quatro etapas.

A primeira etapa metodológica que norteou a pesquisa foi a revisão bibliográfica, apontada por Gil (1999) como base para o aprofundamento teórico-conceitual. Nessa etapa houve leitura de artigos sobre a temática proposta.

A segunda etapa envolveu a análise documental, notadamente, a legislação sobre agricultura urbana de Campo Grande. Foram analisadas a Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), a Lei 6.514 de 22 de novembro de 2020, que institui o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande (MS), e o Decreto 14.874 de 26 de agosto de 2021, que regulamenta a Lei 6.514.

Na terceira etapa metodológica da pesquisa houve coleta, tabulação e análise de dados de campo. O levantamento inicial dos dados, endereço e coordenadas geográficas, foi obtido on line através do Google Maps. Em seguida, os dados obtidos on line foram conferidos e validados *in loco*. Após a validação dos dados, houve a catalogação das hortas, com os endereços, as coordenadas geográficas, os nomes dos produtores responsáveis e os telefones. A tabulação dos dados de campo foi realizada em planilha do Microsoft Excel. Essa planilha serviu como base para a construção dos mapas. Foram catalogadas e mapeadas 63 hortas em funcionamento no espaço urbano.

A quarta etapa foi a elaboração dos mapas através do *software* QGIS. Foram construídos dois mapas com a distribuição espacial das 63 hortas, por regiões urbanas e por bairros da cidade.

Resultados e discussões

O espaço é definido por Santos (1996) como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Segundo o autor, o espaço é percebido como “a materialidade e a vida que a anima” (Santos, 1996, p. 51). Nessa mesma linha de pensamento, o espaço é entendido como forma-conteúdo. Não existe conteúdo sem forma e forma sem conteúdo (Lefévre, 1991 Apud Araujo, 2006, p. 101).

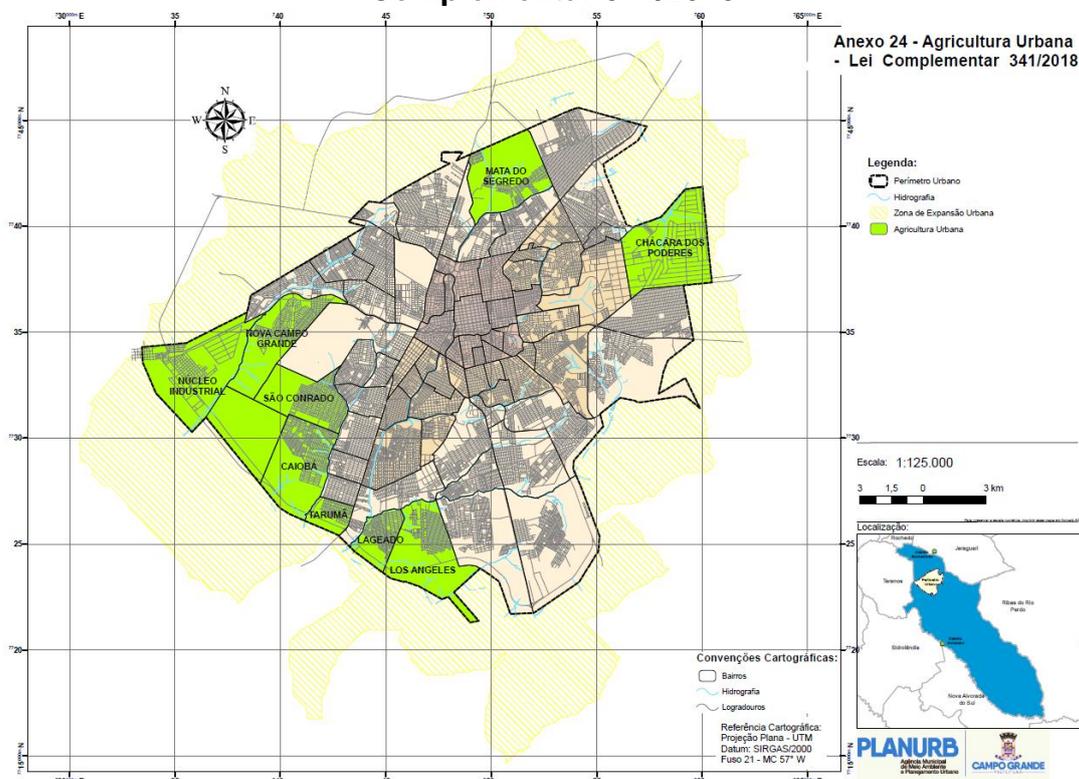
A partir desta conceituação, a cidade pode ser considerada uma forma espacial dotada de conteúdo específico. Essa forma é fragmentada em diferentes usos que se articulam, refletindo e condicionando a sociedade (Correa, 2001).

No mundo contemporâneo, a paisagem urbana, entendida como espaço visível, de contemplação e de ação (Tuan, 2013), é alterada, e passa a conter novas formas e novas funções, como a agricultura urbana. Para Oliveira Neto (2003, p.31), o que convencionamos chamar de globalização implica em transformações na estrutura urbana “aumentando o número, a diversidade e a frequência daquilo que Milton Santos chamou de fixos e fluxos, ou seja, os objetos e as ações”.

Como essa estrutura não é aleatória e apresenta uma organização coerente com as necessidades do modo de produção capitalista em cada momento histórico (Araujo, 2006, p.102), observa-se que a agricultura urbana é pensada como instrumento de contenção de segregações socioespaciais que tornam as cidades profundamente perversas.

Não por acaso, a Lei Complementar n. 341, de 4 de dezembro de 2018, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA), indica os espaços periféricos fragilizados como prioritários para a expansão das hortas urbanas na cidade (mapa 1).

Mapa 1: Agricultura urbana de Campo Grande (MS), segundo a Lei Complementar 341/2018



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande / PLANURB, 2018.



É útil considerar o sentido desta organização por duas razões. Primeiro, esses espaços precisam de planejamento territorial voltado para o desenvolvimento urbano. Desenvolvimento entendido como “mudança para melhor” (Souza, 2006, p. 61), em termos de qualidade de vida e justiça espacial. Isso implica em satisfação das necessidades básicas e não básicas, materiais e imateriais, e acesso aos equipamentos urbanos para todas as pessoas, independentemente de etnia, renda, portador ou não de deficiência física (Souza, 2006, p. 62).

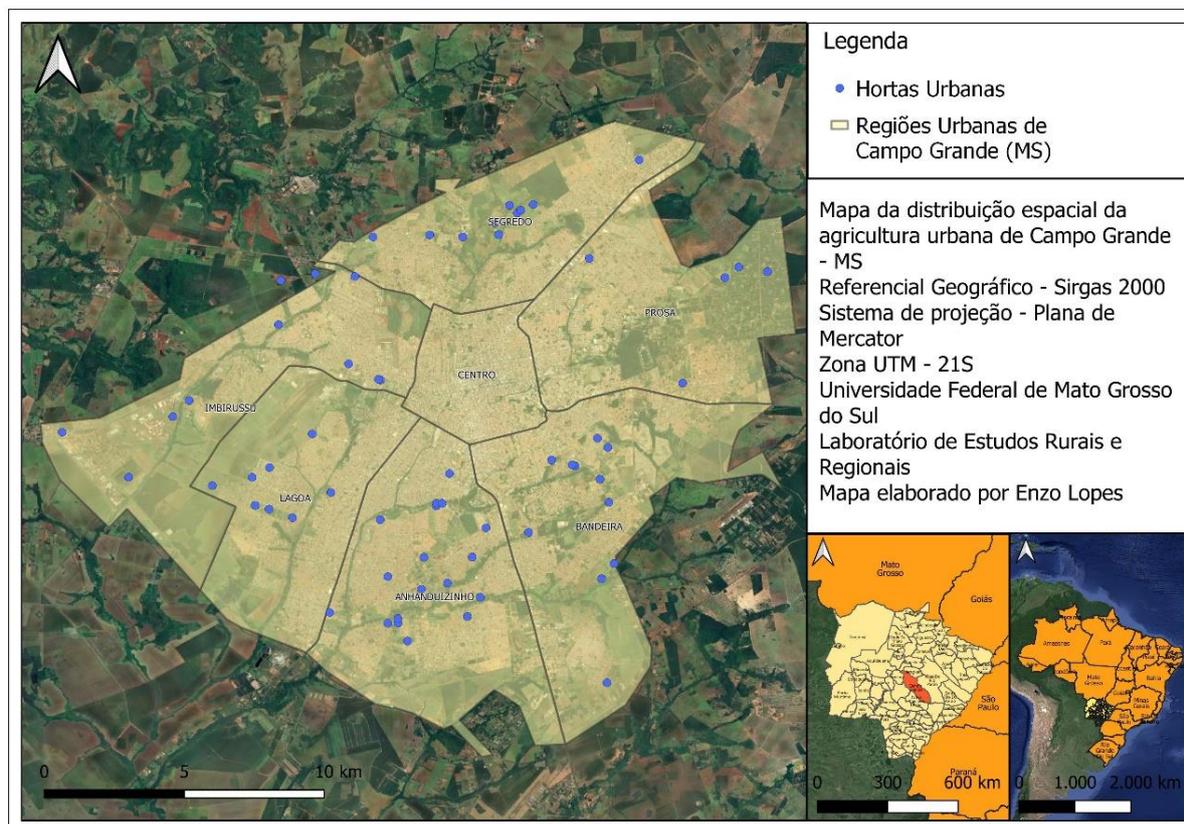
Segundo pelo valor do solo urbano. Carlos (2017, p. 33) afirma que a cidade, enquanto produção humana, possui um processo de organização/reorganização espacial apoiado na valorização fundiária. Esses espaços periféricos são excluídos desse processo o que facilita a utilização de terrenos baldios, públicos, privados e cedidos, para a prática de horta. O espaço é suporte para a produção e fonte de recursos, fornecendo solo, água, energia solar e trabalho humano.

A agricultura urbana de Campo Grande, segundo a Lei 6.514 de 22/10/2020 e o Decreto 14.874 de 26/08/2021, se propõem a contribuir com o desenvolvimento e com a integração de espaços segregados pela pobreza, quando apresenta como objetivos a agroecologia e a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, de interação comunitária, educação ambiental e patrimonial, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade.

A Lei 6.514 de 22/10/2020, regulamentada pelo Decreto 14.874 de 26/08/2021, institui o Plano Municipal de Agricultura Urbana. Cabe ressaltar, entretanto, que a agricultura urbana de Campo Grande nasce na década de 1980 em terrenos vazios da cidade (Araujo e Bicalho, 2024). E, por isso, a distribuição espacial das hortas urbanas está contida e, ao mesmo tempo, ultrapassa esse padrão espacial estabelecido pelo Plano Municipal de Agricultura Urbana (mapa 2). Contudo, o princípio da espacialização é mantido, ou seja, as hortas ocupam a periferia fragilizada da cidade.

O mapa 2 apresenta a espacialização das 63 hortas em funcionamento na cidade. Essa espacialização converge, em parte, com as áreas propostas pelo Plano Municipal de Agricultura Urbana e revela a presença de hortas em seis das sete regiões urbanas de Campo Grande. São elas: Segredo, Imbirussu, Lagoa, Anhanduizinho, Bandeira, Prosa.

Mapa 2: Espacialização das hortas urbanas de Campo Grande (MS), por regiões urbanas da cidade

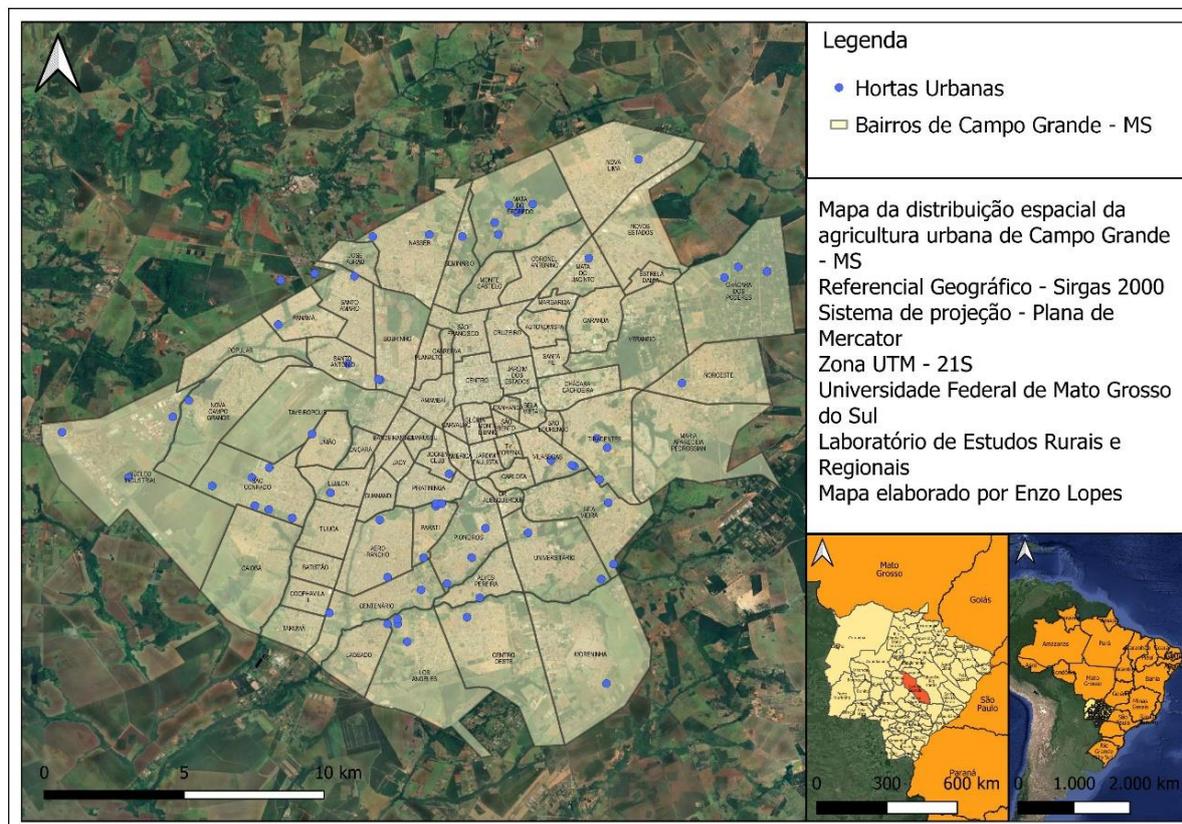


Fonte: Trabalho de campo, 2023 - 2024. Elaborado por Enzo Lopes.

As sete regiões urbanas de Campo Grande são compostas por 79 bairros que definem o perímetro urbano da cidade. Na espacialização das hortas urbanas por bairros é possível destacar o São Conrado, o Los Angeles, a Mata do Segredo e a Chácara dos Poderes, como importantes na produção de alimentos (mapa 3). Esses bairros são realçados, da mesma forma, no Plano Municipal de Agricultura Urbana.

Observa-se a descentralização espacial das hortas urbanas na cidade e isso se explica, como mencionado, pelo valor da terra, pela maior facilidade de obter espaços para a produção e, ainda, pelo crescimento da cidade, tanto espacial quanto demográfico.

Mapa 3: Especialização das hortas urbanas de Campo Grande (MS), por bairros



Fonte: trabalho de campo, 2023 - 2024. Elaborado por Enzo Lopes.

A seguir, uma horta no Jardim Itamaracá, bairro Rita Vieira, região urbana do Bandeira. Horta privada, desenvolvida no quintal da casa, com emprego de sistema agroecológico e mão-de-obra familiar. As técnicas são simples e baratas, como uso de cobertura morta, adubo orgânico e caldas produzidas em casa e que servem como defensivos e fertilizantes. A produção é para consumo interno e venda na porta para vizinhos (figura 1).

Hortas comunitárias são menos comuns. No Jardim Ouro Preto, bairro Aero Rancho, região urbana do Anhanduizinho, a Associação de Moradores estabeleceu parceria com a Universidade Federal e Mato Grosso do Sul (UFMS) e com a empresa de energia do setor elétrico Energisa. Esse grupo de atores territoriais, atuam em terreno cedido pela empresa, e produzem hortaliças e PANC em sistema agroecológico. A mão-de-obra é comunitária e de alunos da UFMS. A produção destina-se as famílias do bairro e a venda de excedente na porta da Associação de Moradores (figura 2).



Figura 1: Horta urbana agroecológica, bairro Rita Vieira, Campo Grande (MS)



Fonte: Trabalho de campo, 2024. Foto: Michela Becker, 2024.

Figura 2: Horta urbana agroecológica, bairro Aero Rancho, Campo Grande (MS)



Fonte: Trabalho de campo, 2024. Foto: Enzo Lopes, 2024.



Araujo e Bicalho (2024), analisam as hortas urbanas de Campo Grande e revelam que, do total de hortas urbanas, 14% são comunitárias e 86% são privadas. Quanto ao sistema de produção, as autoras indicam que 80% utilizam sistemas de produção agroecológicos e 20% o sistema convencional. Destaque para o cultivo de hortaliças, frutas, ovos, plantas alimentícias não convencionais (PANC) e pequenos animais, incluindo a meliponicultura, ou seja, produção de abelha sem ferrão.

Ao refletir sobre o espaço urbano de Campo Grande e a espacialização das hortas na cidade, é importante apontar a lógica do capital. Harvey (2014) afirma que as cidades são *locus* central da atuação capitalista e refletem o seu sentido. O capitalismo, em sua fase neoliberal, intensifica a fragmentação e a segregação. Conforme Silva (2021, p. 5) “as cidades neoliberais são marcadas por muros que isolam as diferenças”.

As hortas, por outro lado, seguem em sentido contrário, e tem como propósito aproximar as pessoas e integrar os espaços. Seja através do circuito curto de comercialização, que favorece o encontro e a troca de conhecimento entre produtor e consumidor, seja pela produção comunitária, que fortalece os vínculos entre vizinhos e o exercício da cidadania, seja pela segurança alimentar e nutricional com a produção de alimentos de qualidade diferenciada, ou pela valorização ambiental e a visão sistêmica do ambiente, que fortalece a sustentabilidade da cidade como um todo, a partir da presença de áreas verdes.

Portanto, as hortas urbanas de Campo grande (MS), representam um caminho e uma oportunidade de repensar o direito à cidade, como um direito coletivo, e isso passa pela superação das condições de segregação e pelo fortalecimento territorial de espaços fragilizados pela pobreza.

Conclusões

As hortas urbanas de Campo Grande (MS) são espacialmente descentralizadas. Sua expansão contribui para a integração e o fortalecimento de espaços periféricos fragilizados e segregados pela pobreza em base sustentável.

A sustentabilidade está presente nas dimensões econômica, social e ambiental na medida em que utiliza os sistemas agroecológicos, produz alimentos de qualidade diferenciada, contribui para a segurança alimentar e nutricional, valoriza a saúde, a geração de emprego e renda, e fortalece a cidadania.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo financiamento da pesquisa e pela bolsa de Iniciação Científica - PIBIC, que permitiu a



permanência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a dedicação integral aos estudos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2009.

ARAUJO, A. P. **Pantanal, um espaço em transformação**. (Tese de Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2006.

ARAUJO, A. P.; BICALHO, A. M. de S. M. Agricultura urbana em Campo Grande (MS). In: **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia.

CARLOS, A. F. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FAO. **Criar cidades verdes**. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO): Roma, 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade**. Presidente Prudente (SP): PPGG/UNESP, 2003. (Tese de Doutorado em Geografia).

CAMPO GRANDE. **Lei 6.514 de 22 de outubro de 2020**. Institui o Plano Municipal de Agricultura Urbana de Campo Grande – MS e dá outras providências. Diário Oficial de Campo Grande: Campo Grande (MS), ano XXIII n. 6.099, 2020.

CAMPO GRANDE. **Decreto 14.874 de 26 de agosto de 2021**. Regulamenta a Lei n. 6.514, de 22 de outubro de 2020. Diário Oficial de Campo Grande: Campo Grande (MS), 2021.



CAMPO GRANDE; PLANURB. **Lei complementar n. 341 de 4 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Campo Grande (PDDUA) e dá outras providências. Diário Oficial de Campo Grande: Campo Grande (MS), ano XXI, n. 5.426, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Joaquim Alexandre. **A Geografia do bairro Jardim Noroeste: organização do território e seu sentido** (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Campo Grande: UFMS, 2021.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina, PR: Eduel ed., 2013.